

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@gruposarade.com.br

LEVI WENCESLAU **Tetraplégico vence desafios e é exemplo de superação**

www.atarde.com.br/municipios

PARQUE Doutor em Ciência Animal, Pedro Cerqueira Lima afirma que proposta para área verde precisa ser revista

Especialista desaconselha Vale Encantado

DA REDAÇÃO

A criação do Refúgio de Vida Silvestre (Revis) no Vale Encantado, no bairro de Patamares, em Salvador, vem sendo discutida ao longo dos últimos anos. A implantação da unidade de conservação foi proposta pelo Instituto Mãos da Terra, é capitaneada pela Secretaria Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência (Secis) e tem despertado questionamentos em alguns setores da sociedade soteropolitana.

Estudos preliminares indicam que o "refúgio" terá como limites as avenidas Paralela, Pinto de Aguiar e Tamburugy, em uma área equivalente a 692.939 m². E o projeto de construção de mais uma via, a avenida Atlântica, dentro do Vale Encantado, se tornou mais uma incógnita para a viabilização do refúgio.

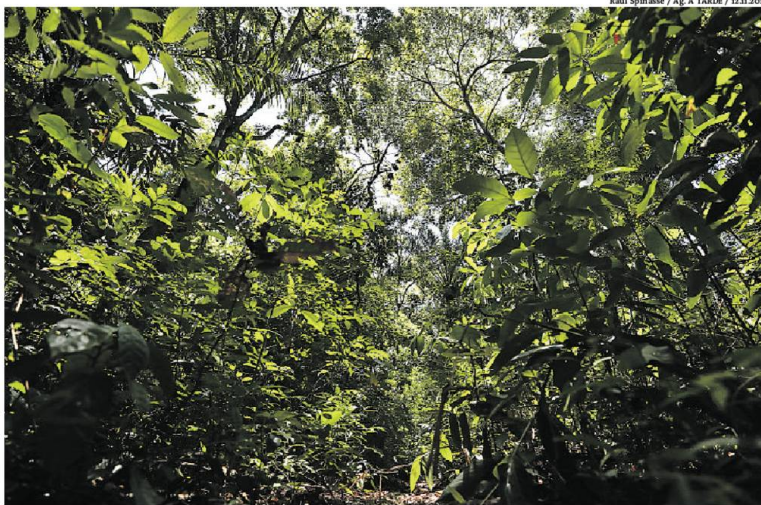
Criado em 2007, o Parque Urbano do Vale Encantado trata-se de uma área pública extensa, com potencial para prática de esportes, atividades recreativas e culturais da população, bem como exploração para educação ambiental e pesquisa científica. Os defensores da criação do refúgio de vida silvestre no espaço argumentam que haverá proteção dos patrimônios naturais e paisagísticos, manutenção e aumento da biodiversidade local e entorno, equilíbrio do regime hídrico e melhoria da qualidade da água, incentivo à pesquisa científica e fomento de atividades de turismo.

No entanto, esse cenário é contestado pelo professor Pedro Cerqueira Lima, doutor em ciência animal nos trópicos pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), e cientista do Centro de Pesquisa e Conservação das Aves Silvestres (Cemave).

Ao A TARDE, o especialista foi enfático, ao dizer que "não há impacto positivo na fauna em decorrência da criação do refúgio de vida silvestre no parque".

Segundo o docente, "pequenos fragmentos de floresta, matas secundárias em regeneração, não têm capacidade de salvar espécies que corram riscos de extinção. Estes fragmentos agem como pequenas ilhas, onde os espécimes existentes trocam material genético entre si e, com o passar do tempo, a consanguinidade pode causar a extinção de espécies".

Outro ponto citado é o atual estado do rio Passa Vaca, que corta a área e se encontra poluído, com esgotos despejados por residências ao longo do curso. "Rio poluído não combina com par-



Especialista afirma que modelo para criação de parque não garante conservação animal e apresenta falhas

que para conservação de espécies animais e vegetais", ressaltou Lima, para resumir: "Desconheço um argumento forte que justifique a criação deste parque".

Na avaliação do cientista, o cenário ideal é o de valorização e investimentos nos parques já existentes nesta região da cidade, como os de Pituacu e o do Abaeté. "Estes tiveram tempos bons. Não justifica investir em in-

fraestrutura pública em equipamentos que se encontram abandonados, colocar segurança e criar condições para atividades de lazer. Uma alternativa seria transformar Pituacu em algo como o Central Parque de Nova York? Isto jamais irá ocorrer, por um simples motivo: lá existe gestão", exemplificou. O parque nova-iorquino possui equipamentos de lazer, como quadras esportivas, praças, restaurantes, passeio de carruagem, pista de ciclismo e recebe eventos esportivos e musicais com frequência.

Além do Central Parque, o professor lembra que há outros exemplos de parques

"Rio poluído não combina com parque para conservação de espécies"

PEDRO C. LIMA, acadêmico

terrestres, como o Ibirapuera, em São Paulo. "É outro local maravilhoso para observar a natureza e excelente área de lazer com equipamentos e infraestrutura. Salvador precisa de algo semelhante", sugeriu.

Pedro Lima insiste na valorização do Parque de Pituacu, situado a poucos metros do Vale Encantado.

"O ideal seria investir, recuperar os equipamentos que se encontram abandonados, colocar segurança e criar condições para atividades de lazer. Uma alternativa seria transformar Pituacu em algo como o Central Parque de Nova York? Isto jamais irá ocorrer, por um simples motivo: lá existe gestão", exemplificou. O parque nova-iorquino possui equipamentos de lazer, como quadras esportivas, praças, restaurantes, passeio de carruagem, pista de ciclismo e recebe eventos esportivos e musicais com frequência.

Avenida Atlântica

De acordo com o anexo 2 da lei 9.069/2016, que trata do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do município de Salvador, a avenida Atlântica será uma via expressa que deverá ter o traçado definido, respeitando os limites da poligonal do Parque Ecológico do Vale Encantado, adotando-se medidas mitigatórias de impacto ambiental e de sustentabilidade quando da implantação.

No parecer final, elaborado pelo Grupo de Trabalho de Criação e Gestão de Unidades de Conservação, ao qual A TARDE teve acesso, há uma observação para o impacto da via no espaço ecológico. O entendimento é que a avenida causará uma fragmen-

tação do parque de forma irreversível.

De acordo com o pesquisador, o investimento na criação do "refúgio" pode representar desperdício de recursos públicos, devido à possibilidade de implantação da ligação viária por dentro do parque. "(O investimento) Seria válido se tivesse como ob-

jetivo preservar espécies que sejam ameaçadas de extinção e que sejam endêmicas deste local. Desconheço estudo que indique que tais espécies ocorram nesta área", explicou Lima.

Sedur x Secis

A TARDE teve acesso a um ofício enviado pela Secis à

Secretaria de Desenvolvimento Urbano de Salvador (Sedur). No documento, datado de 4 de março deste ano, a Secis solicitava sugestões de alteração na poligonal proposta ou de outra natureza. A resposta ao pleito foi embasada em um parecer da Gerência de Licenciamento Ambiental (GLA) da Sedur, que questionou pontos como a realização de apenas uma reunião do grupo de trabalho desde que foi criado, em 2017, para discutir o projeto.

Unilateral

A Sedur, ao se recusar a apresentar as sugestões solicitadas, argumentou que houve "deliberação e análise unilateral, sem o devido acompanhamento do grupo de trabalho criado por decreto, e sem participação de outros setores da sociedade civil organizada". A GLA ainda ressaltou que o parecer não foi emitido por causa da falta de elementos técnicos "imprescindíveis" para a análise da Sedur.

O relatório elaborado pelo grupo de trabalho, com base em estudos do Instituto Mãos da Terra, da SOS Vale Encantado e apoio do Ministério Público estadual, deixou claro que ainda há pendências do ponto de vista da avaliação do crescimento vegetativo das comunidades do entorno, riscos socioambientais e coberturas de redes de infraestrutura urbana.

INFORME PUBLICITÁRIO

DIA MUNDIAL DA ÁGUA E A LIÇÃO DO CORONAVÍRUS

Pelo bem da nossa existência, e da existência do planeta, e diante de tanto risco que corremos nesses tempos de coronavírus, muito precisa ser dito e refletido na passagem deste 22 de março, Dia Mundial da Água.

A história mostra que a água está ligada aos grandes eventos humanos no planeta, desde os tempos mais remotos, como os primeiros povos da terra (na beira dos rios), descobertas de "novos mundos" como nas grandes navegações, guerras intermináveis pelo controle de mananciais (exemplo do Oriente Médio, entre Israel, Jordânia, Palestina, etc) e assim vai. Dizem os cientistas que a próxima grande guerra mundial a ser travada é justamente pelo controle da água. Tudo isso porque que ela é essencial à vida, ninguém vive sem ela.

A pandemia do coronavírus reforça a importância do debate em torno da água, pois além do confinamento das pessoas, para a contenção do avanço da doença é fundamental a higiene pessoal e das coisas tocadas pelas pessoas. É preciso água, e com qualidade. Desde sempre o Brasil não deu a devida importância para o saneamento básico (água e esgotamento sanitário). Pouco se investiu ao longo dos séculos. São obras pouco vistas pelos eleitores na perversa lógica política. Por isso, temos níveis alarmantes de deficiência nessa área: muitos brasileiros sem abastecimento de água, e da parcela abastecida boa parte com atendimento descontínuo, sem falar na rede de esgotamento sanitário muito pequena, bastante aquém da necessidade. Sabemos que onde falta saneamento sobram doenças. Hoje, com a pandemia, é mais do que nunca, quem está sem esses serviços está aflito, mais que isso - revoltado.

Agora a conta desse atraso chegou e o povo está cobrando o acesso à água e ao esgotamento sanitário. Esses serviços são majoritariamente prestados por empresas públicas e o investimento (determinado pelas autoridades) sempre foi pequeno. A bem da verdade, ele só foi relevante no Governo Lula, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), quando muitos recursos foram liberados e os índices de saneamento tiveram um salto, mesmo ficando longe (muito longe) de resolver as carências. Mas parou aí. Agora, o dinheiro público está contido, vivemos novo ajuste fiscal para juntar o dinheiro e pagar a eterna dívida externa que nunca fecha.

A alternativa para resolver o problema é colocada pelos governos federal e estadual buscando recursos na iniciativa privada. Entramos assim no tema da privatização da água. É mais uma perversidade com o povo. Não querem colocar dinheiro público nessa área, pois em outras são mais vistos e valorizados. Acham que empresário fará esse papel, como se fosse Papai Noel. Claro, empresário "quer investir", como bem dizem, tomado de falso espírito caridoso. Vão comprar empresas públicas, dispor das redes já existentes e ampliá-las - mas saibam, somente para áreas onde tiverem o retorno do dinheiro, o lucro. São empresários, é assim que eles funcionam. Diversos países passaram pela experiência da privatização da água e se arrependem. De uns dez anos para cá, várias cidades da França, Alemanha, Itália, Estados Unidos, Uruguai, Bolívia, Argentina, Inglaterra, dentre muitos outros países, tomaram os serviços das mãos de empresas privadas. Serviços caros, inacessíveis para os mais pobres, queda na qualidade e falta de investimento.

Lógico, se investem mais reduzem o lucro. O Brasil, na contramão desse movimento, fala agora em privatizar. O Governo Bolsonaro, seguindo a linha deixada por Temer, busca a aprovação do PL 4261, que tramita no Senado, e visa privatizar as empresas públicas de saneamento. Deixando bem claro: quer entregar a água para grandes empresas estrangeiras, desnationalizando um dos poucos recursos naturais que nos resta, e logo a água, essencial à vida. Na Bahia, quando não se fala em parceria público-privada, fala-se em abrir o capital da Embasa, captar dinheiro na Bolsa de Valores. Dá no mesmo: o que se investir é para fazer lucro, pagar acionistas, em vez de aplicar em obras necessárias à população. Que é preciso dinheiro para investir, é fato. É preciso melhorar o serviço das empresas públicas, urgente, pois a qualidade ainda deixa muito a desejar.

Com os diversos maus exemplos espalhados pelo mundo, empresários não vão resolver isso. O que se faz agora é irresponsável, criando uma ilusão (da privatização) que vai custar mais saúde - e muitas vidas. Somos historicamente contrários à privatização da água e essa bandeira se mostra mais atual do que nunca.

JUNTE-SE A NÓS NESTA LUTA. Não temos tempo a perder e a pandemia de coronavírus nos coloca diante de trágica realidade. É preciso fazer as coisas certas.

Sindae
Sindicato das Trabalhadoras em Água,
Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia

Mesmo em área pública, parque poderá incorporar áreas privadas

O "refúgio de vida silvestre", embora esteja previsto para ser criado em área pública, pode ser constituído por áreas privadas. Nesse caso, os objetivos do proprietário para o terreno devem ser compatíveis com o uso dos recursos naturais do local. De acordo com a minuta do decreto para criação do espaço, se não houver compatibilidade, a área deve ser desapropriada. No caso do Vale Encantado, os estudos indicaram a existência de áreas privadas que podem fazer parte da unidade de conservação.

A análise realizada pelo corpo técnico da Secis de-

liberou que essa incorporação da área privada ao refúgio só deve ocorrer após solicitação formal dos seus proprietários, depois que a unidade for criada. A inclusão ocorrerá por meio de

Incorporação de área privada só deve ocorrer após solicitação formal dos proprietários

Termo de Acordo e Compromisso (TAC), firmado entre o proprietário e a prefeitura de Salvador.

Avenida Atlântica

Estas áreas de terceiros no entorno do possível "refúgio" são conhecidas como zonas de amortecimento. Nestes locais, as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito "de minimizar os impactos negativos sobre a unidade".

A TARDE ENTROU EM CONTATO COM A SECIS, MAS NÃO HOUVE RETORNO ATÉ O FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO